



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JADSON WÉVERTON DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: O CASO  
DA EDUCAÇÃO CAMPESINA NO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO-PE**

Caruaru  
2021

JADSON WÉVERTON DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: O CASO  
DA EDUCAÇÃO CAMPESINA DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Pedagogia do  
Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo  
científico, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de licenciatura em  
Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação.

**Orientador (a):** Alexandre Viana Araújo

Caruaru

2021

## **Políticas públicas educacionais e a pandemia do covid-19: o caso da educação campesina no município de São Caetano-PE.**

Jadson Wéverton da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O estudo teve por objetivo analisar a política pública educacional desenvolvida para a educação do campo durante a pandemia do covid-19 no município de São Caetano. Dialogando com a discussão sobre as políticas públicas educacionais a partir de Araújo (2011), Souza (2003), Höfling (2001), caminhando para a educação do campo, seus conceitos e normatizações legais, onde compreendeu-se a passagem da educação rural para educação do campo suas lutas e necessidades, a partir do Dicionário do Campo (2012) e Caldart (2009). Como campo empírico, o estudo foi feito no município de São Caetano-PE em 05 escolas campesinas, sendo utilizado um questionário que foi respondido por 06 professores distribuídos em turmas multisseriadas. Durante a coleta dos dados vimos que as professoras trouxeram duras críticas a ações ou falta delas pela Secretaria de Educação, onde isso foi discutido em nossa análise como também identificamos “achados” essenciais para a educação.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais, Educação do Campo e Pandemia do Covid-19

**DATA DE APROVAÇÃO:** 20 de Dezembro de 2021

### **INTRODUÇÃO**

As políticas públicas estão a todo momento influenciando nossas vidas, bem-estar, trabalho, consumo, educação, segurança pública, e tantos outros elementos que compõem nossa sociedade. Acreditamos que precisamos aprofundar os estudos sobre as políticas públicas educacionais, como são construídas? Por quem são? Qual sua finalidade e os seus impactos na educação como um todo? Ao construir esse processo sistemático, político e discursivo, foi alinhando ideias durante o ato de refletir e o que pesquisar neste trabalho de conclusão de curso que optei por estudar a política pública educacional, especificamente a educação do campo. A opção de pesquisa ocorreu no início do ano de 2021, após ser convidado a assumir a docência<sup>2</sup> no município de São Caetano-PE, como professor na educação Infantil ao 5º Ano da educação campesina, em uma turma multisseriada. Como

---

<sup>1</sup> Graduando do 9º semestre da Licenciatura de Pedagogia da UFPE Campus do Agreste.

<sup>2</sup> Eu fui convidado para dar aula no ensino fundamental e infantil na escola campesina do município da cidade de São Caetano. Ministrou as aulas em uma turma multisseriada com 12 alunos entre 5 anos de idade e 14 anos, sendo que o de 14 anos é dislexo e analfabeto.

professor do “campo”, vi a necessidade de pesquisar as políticas públicas educacionais do campo durante o covid-19<sup>3</sup>.

Não bastava apenas pesquisar às políticas públicas educacionais do campo, mas devido ao impacto que a pandemia vem causando no mundo e em todos os seus setores sociais, principalmente, a educação, assim como o campo já sofre com a precarização estrutural e entre outros elementos que a constituem, foi definido o que pesquisar. Logo, a discussão teórica foi sendo construída em torno das políticas públicas educacionais, onde é buscado a partir dos acontecimentos da pandemia do covid-19 como afetou a educação do campo e quais foram às ações construídas para garantir o ensino aprendizagem.

É sabido que o camponês trava suas próprias batalhas em busca de sua sobrevivência diária em meio às dificuldades que a falta de água em nosso agreste pernambucano vem tendo, logo criar, cultivar, produzir é um esforço a mais quando a escassez de água é tão comum em nossa terra. Contudo, não quer dizer que o camponês esqueça de lutar por seus direitos, mesmo em um contexto cheio de fenômenos extrapolantes<sup>4</sup> que causaram prejuízos para todos os setores e especialmente para educação pública, privada, popular, sociais e entre tantas outras. Nesse contexto, o Instituto Ayrton Senna reuniu informações que foram divulgadas pelo Banco Mundial sobre esse prejuízo para a educação escolar.

[...] Desde que a pandemia do Covid 19 se instalou no mundo, cerca de 1.5 bilhões de estudantes ficaram fora da escola em mais de 160 países, segundo relatório do Banco Mundial. Alguns países adotaram o fechamento total de escolas, outros apenas em zonas consideradas de risco ou deixaram abertas aquelas com crianças pequenas cujos pais trabalham em setores críticos para a sociedade. (SENNA, INSTITUTO AYRTON. 2020)

Desta forma, nota-se o prejuízo inimaginável para a educação escolar de todo o mundo. Uma das estratégias utilizadas de forma emergencial e provisória pelas diversas redes de ensino foi o ensino remoto. Esta forma de ensinar pode ter construído alguns avanços para países com infraestrutura adequada, enquanto para países com uma realidade sócio-econômica desfavorável que é o caso da grande maioria das escolas do Brasil talvez não tenha tido uma construção mais adequada.

<sup>3</sup> A **pandemia de COVID-19 no Brasil** teve início em 26 de fevereiro de 2020, após a confirmação de que um homem de 61 anos de São Paulo que retornou da Itália testou positivo para o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Desde então, em 09 de Dezembro de 2021, confirmaram-se 22.167.781 casos, segundo o Ministério da Saúde, causando 616.251 mortes. O número de pessoas recuperadas da doença é de 22.167.781. A transmissão comunitária foi confirmada para todo o território nacional.

<sup>4</sup> Referência a grandes tragédias na humanidade, tragédias que afetam todo o mundo, a exemplo das grandes pandemias, das Grandes Guerras Mundiais.

Diante de tal cenário o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) fez um estudo “Acesso Domiciliar à Internet Remoto Durante a Pandemia” denunciando que “cerca de seis milhões de estudantes, desde a pré-escola até a pós-graduação, não tem acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa” (IPEA, 2020). Diante de tamanha complexidade foi construída a **problematização de pesquisa**: Quais foram as estratégias das políticas públicas educacionais desenvolvidas para a educação do campo durante a pandemia do covid-19 no município de São Caetano-PE. Como **objetivo geral**: analisar as políticas públicas educacionais desenvolvidas para a educação do campo durante a pandemia do covid-19 no município de São Caetano, e **específicos**: a) identificar as ações realizadas pela secretaria de educação durante a pandemia do covid-19 e b) **analisar** a percepção dos professores em relação às ações da secretaria de educação durante a pandemia.

Esta investigação é caracterizada como um estudo de caso, entendendo que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 1999, p. 58).

Em consequência disso, esta pesquisa é do tipo explicativa e qualitativa visto que “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1999, p. 28). E qualitativa porque “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (GODOY, 1995, p. 21). Portanto, foi possível compreender esta investigação considerando todos os envolvidos.

Inicialmente seria feito análise documental<sup>5</sup> e o questionário, porém não foi possível por falta daqueles durante o ano de 2020. Todavia, foi encontrado um documento<sup>6</sup> emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 05/08/2021) que foi adotado pela Secretaria de Educação do município. Assim, o questionário foi enxergado como um dos instrumentos investigativos mais hábeis para levantar dados necessários para o trabalho, onde esse instrumento:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 1999, p. 121)

<sup>5</sup> Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

<sup>6</sup> <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801>

Através do questionário foram colhidos dados para o problema de pesquisa, por conseguinte, sua construção e respeito foram essenciais para dá continuidade, onde “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas” (GIL, 1999, p.121). Sendo formuladas questões padronizadas e abertas, pois “nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas” (GIL, 1999, p.122). Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem o questionário como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. A partir disso, foi construído o respeito aos agentes colaboradores com a entrevista.

Entende-se de antemão que o questionário teve as mesmas perguntas para todos, pois Gil (1999, p. 124) alerta que “as perguntas devem ser padronizadas na medida do possível a fim de que as informações obtidas possam ser comparadas entre si”, logo, essa padronização foi indispensável para que as respostas pudessem ser comparadas e analisadas sem desvio algum.

Como agentes colaboradores foram escolhidos os docentes que atuaram na Educação do Campo do município de São Caetano-PE no ano de 2020 até os dias atuais. Assim, para participar da coleta de dados foram escolhidas 6 professoras (dentre os 6, apenas 1 professor), todas (o) são efetivas (o) com mais de 20 anos de experiência em sala de aula, onde sua maioria foi na educação do campo em turmas multisseriadas, por conseguinte são professoras distribuídas em 5 escolas, onde 2 delas estão localizadas na mesma escola e as demais em escolas distintas (PROFESSORAS, 03/09/2021). É importante compreender que no município de São Caetano - PE há 26 escolas campesinas e todas são compostas por turmas multisseriadas com suas 48 professoras: 45 professoras e apenas 3 professores. Enquanto de escolas consideradas urbanas são 9, pois 6 estão localizadas na cidade e 3 nos distritos de Tapiraim, Maniçoba e Santa Luzia (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 11/09/2021).

Assim foi feita a coleta dos dados e posteriormente sistematizados e analisados a partir de uma perspectiva qualitativa em seu tratamento em consonância a uma compreensão da análise do conteúdo, já que Gil (1999) entende que “permite a obtenção de dados com menor custo” porque:

As pesquisas elaboradas a partir de dados já existentes, por requererem, de modo geral, uma quantidade bem menor de recursos humanos, materiais e financeiros tornam-se mais viáveis, já que são bastante conhecidas as dificuldades para obtenção de financiamento. (GIL, 1999, p. 154)

Onde as respostas foram analisadas ponta a ponta com o objetivo de responder às dúvidas levantadas pelo trabalho, consequentemente compreendeu-se o que foi feito ou deixou de ser. Este estudo está dividido em sua introdução com o percurso do autor justificando sua aproximação com o objeto de estudo, como também a questão problema e os seus objetivos gerais e os aspectos metodológicos.

Inicialmente, no tópico Educação do campo como política pública educacional e seus aspectos legais foi discutido como a educação é vista como política pública e seus processos formadores, assim como também conquistas legais pelo povo camponês encarando a educação como seu direito de formação cidadã.

No segundo momento, Avanços conceituais da Educação Rural para Educação do Campo, passamos pela a educação rural, suas características e limites com seu caráter colonizador e prosseguimos para a educação do campo com suas características, conceitos, nascimento das lutas do povo camponês por uma educação contra-hegemônica, transformadora do campo e para o campo.

No terceiro momento, A Pandemia do Covid-19: seus efeitos e desafios, discutimos como a pandemia do covid-19 iniciou e como afetou diferentes contextos, onde fomos de países que construíram políticas públicas efetivas para enfrentar e outros que não obtiveram o mesmo sucesso, como o Brasil. Onde também foi compreendido a partir de Santos (2020) e sua obra: a cruel pedagogia do vírus que a pandemia atual, é mais uma crise dentre outras que vem crescendo ao longo dos anos, porém não ganhando notoriedade no sistema capitalista que vivemos.

No quarto momento, vimos as Ações realizadas pela Secretaria de Educação e seus impactos, sendo que apresentamos as entrevistas analisando seu conteúdo num constante diálogo com os autores, onde foi necessário recorrer a outros autores que não foram trabalhados durante a investigação porque foram aparecendo novos elementos durante a análise do conteúdo. E por último as considerações finais em que retomamos elementos da Análise em consonância com nossa problematização e objetivos, assim como também foram feitas novas observações.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E SEUS ASPECTOS LEGAIS**

A nossa sociedade está ficando cada vez mais complexa com suas exigências e necessidades no campo da educação, saúde, lazer, segurança e entre outros, para dar conta

desse universos se faz necessário a presença das políticas públicas atuando de forma eficiente. Mas o que são políticas públicas? Araújo (2011) em seu trabalho, cita Muller e Surel (2002) definindo políticas públicas, onde demonstra que “envolve as dimensões da organização social (polity), da atividade política (politics) e da ação pública (policy).”

A primeira faz a distinção entre o mundo da política e a sociedade civil, podendo a fronteira entre os dois, sempre fluida, variar segundo os lugares e as épocas; a segunda designa a atividade política em geral (a competição pela obtenção dos cargos políticos, o debate partidário, as diversas formas de mobilização...); a terceira acepção, enfim, designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública (MULLER: SÜREL, 2002 *apud* ARAÚJO 2011, p. 11).

Logo, entende-se que políticas públicas são ações do governo, de modo que vai articular a vida em sociedade, sendo que ao mesmo tempo pode ser ação e análise do que está sendo feito por ele, entretanto para este artigo é importante trabalhar com a dimensão de programas de ação pública. Segundo Souza (2003, p. 13)

O processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas em nossa sociedade. (SOUZA, 2003, p. 13).

Deste modo, às políticas públicas assumem caráter de programas, estratégias e através destes são produzidas ações que de algum modo atingem certo público, por conseguinte ações como essas serão analisadas para que assim para responder a problematização do trabalho. Souza (2003) e Azevedo (2003) definem que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (2003, p. 38). Onde as ações ou omissões referentes à educação não deixam de ser diferentes.

Höfling (2001, p. 31) compreende que as “políticas públicas são aqui entendidas como o "Estado em ação" (GOBERT e MULLER, 1987); é o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Portanto, são construções traduzidas em programas para atender certo grupo da sociedade, assim será analisado como essas ações foram construídas para o enfrentamento do covid-19 pelo órgão educacional. Onde essa política pública vai além de ser apenas uma “ação”. “entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos”, Höfling (2001, p. 31). Logo, também é construída pela população e para, assim não há como pensar esta ação de forma estranha à sociedade que por ela luta e se beneficia.

Deste modo, as políticas públicas são ações materializadas nos programas e por sua vez para determinados setores, sendo que nos interessa aqui é a educação do campo. E essa

educação vai além de ser apenas uma “ação”, para Höfling (2001, p. 31) “entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos”, ou seja, ela também é construída pela população e para ela, assim não há como pensar esta ação de forma estranha à sociedade que por ela luta e tem direito.

Logo o povo do campo possui os mesmos direitos que o urbano, seja estradas de qualidade, saneamento básico, e principalmente escolas públicas do campo e para o campo. Porém, mesmo sabendo dos seus direitos como cidadão, há necessidade de uma educação que forme agentes transformadores do seu meio para que possam lutar por esses direitos, a exemplo do que a autora Höfling (2001) discute abaixo:

Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania. (HÖFLING, 2001, p. 39)

Portanto, é imprescindível compreender como essas ações afetam a educação a fim de que se possa exercer sua cidadania. Diante disso, a educação do campo depende de uma política pública educacional de qualidade, compromisso, e que atenda as necessidades da população campesina, logo discutir Leis e outros do gênero voltados para a educação do campo faz parte desta discussão. Como um dos marcos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9.394/96) assegura o direito de educação a todos, como previsto no art. 28:

[...] Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Analisando esta construção vemos que a educação básica do campo é pensada para a população do campo acolhendo peculiaridades de sua vida, de seu trabalho e sua cultura. A identidade das escolas da educação do campo está presente no parágrafo único do artigo 2º do documento publicado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que institui diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo menciona a identidade das escolas do campo sendo:

Definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos

sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002)

Como visto, a escola campesina está ligada a comunidade e a sua construção cultural, social e política como sujeitos de um coletivo, assim ela é pode ser considerada um ser vivo, deixando de ser enxergada apenas como um prédio no meio da comunidade. Outra importante contribuição legal está no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 ao enfatizar que “a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. Este decreto está de acordo com o Plano Nacional de Educação, é inferido que a educação básica para a população do campo será de qualidade em colaboração por todos os entes da federação, onde a estratégia 10 da Meta I demonstra que:

fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada (PNE, 2014).

Assim, Construções Legais fazem parte das conquistas do povo do campo, representam anos de lutas que buscam a afirmação de seus direitos como sujeitos construtores de sua própria história. Dão voz à população do campo, lhe dão a possibilidade de procurar meios legais em busca da efetivação dos seus direitos como todo cidadão. Essas conquistas legais representam lutas sociais que buscam a afirmação de seus direitos como sujeitos construtores de sua própria história.

Entretanto, como sabemos, os elementos legais por si só não garantem ações efetivas do Estado, porém são através deles que as ações começam a ganhar forma construindo meios para sua concretização, a exemplo disso temos a construção de infraestrutura - escolas, vias, móveis, transporte e entre outros-já que garantir uma educação de qualidade é necessário ter meios que compõem o todo. Para isso, se faz necessário enfrentar as dificuldades e necessidades que a maioria das escolas do campo encontram em seu dia a dia. No próximo eixo, é tratado aspectos conceituais e normas basilares norteadoras que compõem a educação do campo em nosso país.

## **AVANÇOS CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO RURAL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A educação do campo teve um significativo avanço desde do momento em que deixou de ser chamada de educação rural e passou a ser educação do campo. No que se refere a educação rural segundo Molina e Sá (2012) “[...] a educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente colonizador. Sendo que os sujeitos são os camponeses que moram na zona rural, porém sua educação tem caráter colonizador:

É oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBEIRO, 2012, p. 295)

Isso caracteriza a visão de colonização da ideia urbana em detrimento da cultura camponesa, podendo aumentar o êxodo rural. Onde muitas famílias vão morar nas periferias e conseguem empregos com baixo salário ou apenas vivem de bico. Então a escola rural é:

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais. (RIBEIRO, 2012, p. 295)

Desta forma, há uma escola que simplifica seu trabalho de ensino aprendizagem a elementos básicos da formação do sujeito, o formando apenas para serem mão de obra, não há construção de um sujeito transformador. Em contrapartida, a educação do campo Molina e Sá resgatam que (2012, p. 240, *apud* KOLLING e MOLINA, 1999; CALDART, 2000) “a concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação”. Formando uma educação que acima de tudo vai se preocupar com a formação humana e cidadã dos sujeitos a partir do seu meio e fora dele.

Entendeu-se que a educação do campo tem caráter histórico e político, sendo marcada por lutas sociais contra-hegemônicas (se refere aos detentores do poder, do dinheiro e dos meios de produção capitalista vigente) e o sistema capitalista forçando sua permanência. Conforme Molina e Sá (2012, p. 327) “a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema capitalista”. Assim Molina e Sá (2012) compreende que a escola do campo quando:

Pensada como parte de um projeto maior de educação da classe trabalhadora, se propõe a construir uma prática educativa que efetivamente fortaleça os camponeses para as lutas principais, no bojo da constituição histórica dos movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 328)

Contribuindo para uma construção social mais igualitária e justa, onde todos terão a oportunidade de escolher se desejam continuar trabalhando e melhorando as técnicas dentro do campo ou se escolhem outras oportunidades. Onde “Deve ser uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural” (HAGE, 2005, p.18). Desta forma, compreende-se que no campo vivem sujeitos produtores de sua própria história, onde as políticas públicas educacionais também precisam enxergar essa dinâmica.

Dinâmica que reivindicam a sua construção real, que seja de acordo com as lutas do povo camponês. Conforme Caldart (2002, p.26) a Educação do Campo é “a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo”. Compreende-se que o povo camponês tem entendimento de seus direitos e lutam para de fato efetivá-lo de forma que atenda às suas necessidades, além do mais Caldart (2002, p.26) ainda define dois conceitos básicos e essenciais nesta luta “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Embora, compreende-se que há grandes desafios para isso, assim como Santos (2017) cita os principais:

[...] No âmbito das políticas públicas para educação do campo existem inúmeros problemas que precisam ser urgentemente encarados e resolvidos: 1) localização geográfica das escolas, em sua grande maioria, distantes da residência dos estudantes. 2) precariedade dos meios de transporte e das estradas. 3) baixa densidade populacional em alguns territórios rurais. 4) fechamento de milhares de escolas do campo na última década. 5) formação dos educadores/as e organização curricular. (SANTOS, 2017, p.213)

O que Santos (2017) faz é mais que uma argumentação, pois fez toda uma investigação e denúncia da maioria das realidades das escolas campesinas do país. Cabe ao setor público oferecer uma infraestrutura de qualidade para a população, escolas, imóveis, estradas entre outros serviços, pois faz parte da construção de um sistema educacional. Para Passos (2005, p. 438) “cabe ao setor público fornecer parte da infraestrutura física (rodovias, aeroportos, pontes etc.), bem como a infraestrutura institucional do sistema de mercado, tais como leis, tribunais e órgãos reguladores”. Frente a isso, a educação do campo está além do educar, mas formar cidadãos que lutem por seus direitos.

Após compreender as políticas públicas educacionais e como elas estão presentes em nossa vida e o quanto elas são mais necessárias para o campo, tornando essa educação muito mais complexa por seus diversos desafios, não bastando os desafios diários que vimos que o

campo enfrenta veio a pandemia da covid-19 que afetou todos de forma repentina. Assim, o próximo eixo discutirá seus efeitos na educação do campo do município de São Caetano-PE.

### **A PANDEMIA DO COVID-19: SEUS EFEITOS E DESAFIOS.**

No ano de 2019, o mundo iniciou o ano numa crise sanitária sem precedentes na história da humanidade – crise que, certamente, marcará a história como um capítulo decididamente trágico. Além dos impactos econômicos, estruturais e psicológicos, os brasileiros lutam para aprender a conviver com o luto de mais de 616.251 (2021) mil vítimas fatais registradas só no Brasil<sup>7</sup> causada pela covid-19. Sendo que uma das melhores formas de combater a transmissão do covid-19 foi o isolamento social, já que não havia vacina alguma e tão pouco tratamentos eficazes, isso acabou privando a grande maioria dos alunos de escolas públicas e privadas do ensino presencial. Em uma matéria publicada pelo G1 (05/04/2021) é visto que “ O Brasil foi um dos países onde as escolas ficaram fechadas por mais tempo e, ainda hoje, 18 estados mantêm o ensino apenas de maneira remota, enquanto os outros tentam equilibrar uma forma híbrida entre o presencial e o ensino a distância”.

Essa longa duração do fechamento das escolas públicas pode ser causada por vários motivos, a exemplo de problemas estruturais e sanitários que grande maioria das nossas escolas não têm essa condição mínima para atender os alunos durante uma pandemia sem que aumente a transmissão do covid-19. Continuaremos com o G1 (05/04/2021) onde para grande parte dos pesquisadores: "Isso tem um impacto muito profundo para as crianças e adolescentes", diz Florence Bauer, representante do Unicef no Brasil. Ela lembra que apesar de não ser a faixa etária mais afetada pela doença é a que mais sofre com os efeitos indiretos da Covid-19.

Dentre esses efeitos, o grande aumento do analfabetismo, a evasão escolar, a fome, pois muitas crianças vão à escola com sua barriga “roncando” e o momento da merenda é o mais “sagrado” para essas crianças e adolescentes e não cabe a ninguém julgar mal essa atitude, já que muitas não tem um simples café da manhã “decente” em seu lar. Ao buscar dados sobre a evasão escolar sendo aumentado por causa da pandemia, encontramos dados reunidos pelo PNAD (2020):

“Antes da pandemia, 1,3 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar já estavam fora da escola no Brasil. Com a pandemia, os dados mostram uma evasão de aproximadamente 4 milhões de meninos e meninas, ou seja, um total de mais 5 milhões de crianças e adolescentes desvinculados da escola, que não estão

---

<sup>7</sup> <https://covid.saude.gov.br/>

participando de maneira regular", diz a especialista citando dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2020.

Então, se os números da pandemia já são tão altos e durante ela mais do que dobrou, isso nos levará a refletir o quão prejudicial foi a pandemia e que a tendência após a pandemia é continuar o elevado número de evasão escolar. Além do mais, mesmo aqueles que não desistiram da escola tiveram sérios prejuízos em sua aprendizagem.

A grande maioria das escolas demonstraram que suas dificuldades estruturais e pedagógicas para construir um ensino e aprendizagem concreto com seus alunos, serviu para provar mais uma vez que o ensino presencial nas instituições escolares são fundamentais e que até a ideia de uma educação em casa, como foi muito falado antes da pandemia, hoje esse discurso caiu por “terra” por vários motivos, um deles é a própria família compreender que não vão substituir uma ensino sistematizado que a escola oferece e muito menos substituir os professores, assim os levando a pedir “socorro” pela volta do ensino presencial nas instituições escolares.

Bauer defende que a educação remota funciona como uma saída em períodos de pico - como o enfrentado pelo Brasil atualmente - mas não substitui a presencial. "O que essa crise mostra é como a educação presencial é fundamental", defende, lembrando os meios limitados que dificultam a educação a distância no Brasil. "Tem a barreira da falta de acesso à internet, da falta de equipamentos, da falta de privacidade", diz. (RTF, G1, 2020)

Como grande parte das escolas públicas, a educação campesina enfrenta desafios parecidos e muitas delas são maiores, a exemplo do próprio acesso a uma escola do campo, por várias vezes é visto estradas em péssimas condições e de difícil acesso a elas, fora as péssimas estruturas dos prédios, onde muitas não têm, água corrente, banheiros com boas condições para se higienizar após seus uso, quanto mais contra o covid-19.

Talvez, a pandemia tenha demonstrado o quanto as instituições escolares são essenciais em nossa vida e ganhem uma atenção, um respeito moral e material mais adequado.

Para Bauer, a educação tem que ser realmente considerada como uma atividade essencial. "Por isso dizemos que as escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a reabrir", afirma. Um pico como o que atravessamos justificaria o fechamento das escolas. "Você pode fechar uma vez que todas as medidas foram tomadas. Fecham-se os transportes, as praias, escritórios, restaurantes, bares, e todo o resto. Se tudo isso não der certo, então talvez seja necessário suspender por um período as atividades presenciais", explica. (RTF, G1, 2020)

A escola pública é um dos setores mais essenciais que temos em nossa sociedade, seja pelo seu objetivo primordial de formar integralmente nossas crianças e jovens, seja até mesmo para tirar essas crianças e jovens das ruas e dar uma perspectiva de vida cheia de esperança e entre tantos outros aspectos que demonstram que a escola é tão essencial quanto o sistema de saúde, a economia e dentre outros.

Assim, cabe aqui afirmar que a pandemia reforçou a importância da escola pública e presencial em nossa sociedade, onde muitos alunos sentem a falta do contato com seus colegas, com o professor e toda a comunidade escolar, ou seja, do afeto, pois o ato de ensinar e aprender também é intermediado pela afetividade, já que:

Em qualquer circunstância, o primeiro caminho para a conquista da atenção do aprendiz é o afeto. Ele é um meio facilitador para a educação. Irrompe em lugares que, muitas vezes, estão fechados às possibilidades acadêmicas. Considerando o nível de dispersão, conflitos familiares e pessoais e até comportamentos agressivos na escola hoje em dia, seria difícil encontrar algum outro mecanismo de auxílio ao professor mais eficaz. (CUNHA, 2008, p. 51)

Nas aulas presenciais tínhamos esse mecanismo ao nosso dispor, enquanto atrás de uma tela de um computador ou celular construir essa afetividade necessária fica quase impossível. Logo, tornando o ensino e aprendizagem muito mais difícil para todos. Isso se torna mais grave quando vamos para o contexto da educação infantil e os anos iniciais. Primeiro que na educação infantil as crianças estão desenvolvendo habilidades essenciais que levarão por toda sua vida, como a psicomotora, as habilidades de interação e socialização, de expressão e tantas outras que grande maioria desenvolvem com maior facilidade na escola.

Quando trazemos para a educação do campo esses prejuízos, por várias vezes, se tornam maiores, pois muitas dessas não tem outras crianças vizinhas para brincar, já que o ato de brincar faz parte da sua aprendizagem, e quando tem vizinhos é muito longe um do outro na maioria das vezes e muitas dessas crianças e adolescentes ajudam seus pais no trabalho do campo e ao ir a escola era encarado como um “descanso”. Ao buscamos dados sobre o impacto que a pandemia causou no trabalho infantil foi encontrado dados reunidos pela Unicef (10/2021): “Entre os dados levantados de abril a julho de 2020, o UNICEF identificou a intensificação do trabalho infantil, com aumento de 26% entre as famílias entrevistadas em maio, comparadas às entrevistadas em julho<sup>8</sup>”. Políticas públicas sociais construídas por anos para combater cenários como esses e entre outros que acabamos de discutir tiveram um grande retrocesso em questão de meses, demonstrando mais uma vez a necessidade da escola e o seu sistema de ensino presencial.

Com a pandemia foi identificado outros problemas que a sociedade brasileira tem enfrentado além da escola, a exemplo do desemprego que aumentou exponencialmente, há constantes cortes nas políticas públicas sociais, aumento da violência, aumento dos combustíveis, inflação em disparada e a fome. Há cada vez mais pessoas passando fome em

<sup>8</sup> <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo#:~:text=Entre%20os%20dados%20levantados%20de,comparadas%20%C3%A0s%20entrevistadas%20em%20julho.>

nosso país que vem se agravando “desde a década de 1980 à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica de setor financeiro, o mundo tem vivido em permanente estado de crise” (SANTOS, 2020, p. 05). Entende-se com isso, que a pandemia apenas agravou de forma brusca aquilo que vinha ocorrendo há algumas décadas.

Como também aumentou os casos de violência contra a mulher, pois Santos (2020) afirma que “é sabido que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e tem vindo a aumentar agora. Uma boa parte dessa violência ocorre no espaço doméstico”. Onde muitas vezes sair de casa para trabalhar é considerado uma saída de escape dessa violência. Outro fator que foi muito discutido durante a quarentena é “a indicação por parte da OMS para trabalhar em casa isolado é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome” (SANTOS, 2020, p. 17).

Portanto, as orientações de autoridades na área foram pensadas para setores sociais privilegiados. Onde a pandemia do covid-19, além dos prejuízos para a educação, também deixou em evidência as desigualdades que a nossa população brasileira enfrenta em sua realidade urbana ou campesina. Dificuldades no que toca à aprendizagem, aos recursos digitais, aos problemas mentais gerados pelo isolamento e o excesso de trabalho que os professores estão enfrentando, como também a fome que muitos alunos estão enfrentando, já que grande parte teria apenas àquela refeição ofertada pela escola.

Fica evidente toda essa dificuldade em nossas realidades brasileiras, e ao especificar para a realidade do campo, onde em muitos lugares mal tem sinal do chip do celular, onde você ouve de uma família que não tem um celular em casa, portanto se imagina o ônus em trabalhar de forma remota com uma realidade assim, onde são várias famílias que compartilham a mesma dificuldade. Não obstante, fomos ao campo empírico coletar dados relacionados ao enfrentamento da pandemia na educação do campo. Foi dada uma atenção especial a essa fase do trabalho, por isso foi criado um subtópico abaixo.

### **AÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS.**

Ao longo do trabalho foi sendo construído o instrumento de coleta de dados que pudesse atender nossa problematização e os objetivos, assim foi aplicado o Questionário com perguntas abertas e padronizadas para todos. Sendo um questionário composto por duas partes, cada uma orientada pelos objetivos específicos com o intuito de identificar as ações

realizadas pela secretaria de educação durante a pandemia do covid-19 e analisar a percepção dos professores em relação às ações da secretaria de educação durante a pandemia, construindo 5 questões para cada professor com o objetivo de saber quais foram as ações realizadas pela secretaria de educação.

Por conseguinte os questionamentos construídos são: No período da pandemia do Covid-19 (2020) a rede municipal de São Caetano-PE construiu alguma normatização, orientação para as escolas do campo; quais foram as orientações feitas pela secretaria de educação do município de São Caetano durante a pandemia especificamente em 2020 em relação a realização das aulas dos alunos do campo; Houve alguma formação, instrução de ensino de como trabalhar diante dessa pandemia no ano de 2020; Como aconteciam as aulas durante a pandemia do covid 19; e qual foi a forma de ensino aprendizagem que a secretaria de educação em 2020 orientou os professores para trabalhar com seus alunos e como isso foi sendo feito.

No que se refere a construção de alguma normativa, orientação para as escolas do campo durante a pandemia do covid-19, De forma geral, as professoras responderam que a Secretaria de Educação não fez ação alguma ou quando fez, foi muito pouco deixando os professores sem orientação diante do contexto. Como pode ser visto através da fala da Prof. Cinthia, “Inicialmente, não. Cada professor fez seu trabalho individualmente. Somente a partir de agosto é que vieram analisar o que cada um estava fazendo”. Essa situação fez com que os professores tomassem a atitude de continuar suas aulas, como relata a Prof. Fernanda “de início não. As aulas ficaram paradas por 3 meses, exceto alguns professores que ficaram dando orientações nos livros e pelo whatsapp”. As professoras Carla, Allene e Ana apontaram que a secretaria fez, porém muito pouco, como vemos na resposta da professora Allene, “a orientação nossa no ano de 2020, durante a pandemia ficou muito a desejar, muito pouco fomos orientados”. Já a professora Carla, ressalta mais uma vez o protagonismo dos docentes,

O ensino aprendizagem de 2020 foi muito complexo, em relação ao apoio da secretaria de educação foi muito pouco, tínhamos que inventar e se reinventar, diante das atividades repassadas para os alunos, pois os mesmos não tinha internet e nem os professores material de qualidade para poder ajudar. (PROF. CARLA).

Ao ver as professoras tomarem a iniciativa para encontrar formas de ensinar, construir metodologias e assumir um papel construtor, é demonstrado entenderem que: “ser professor significa tomar decisões pessoais e individuais constantes” (FERREIRA, 1996, p. 04). Pois as professoras tomaram decisões que lhes permitissem construir formas de ensinar aos seus alunos, assim dando continuidade ao seu trabalho, mesmo estando em um contexto

pandêmico. Portanto, compreende-se que a Secretaria de Educação em seus primeiros momentos não atuou de forma significativa para com os professores, onde por vezes eles tomaram atitudes que lhes dessem oportunidade de continuar seu trabalho docente, sendo que a Secretaria se restringiu a repassar apenas cuidados sanitários que a Secretaria Estadual e o Ministério da Educação passaram para todos.

Ainda as orientações da secretaria de educação de município no período da pandemia, para as aulas de campo, as professoras Cinthia, Carla e Allene entenderam que a Secretaria de Educação não construiu nenhum planejamento para retomar suas aulas, a não ser continuar o que os professores vinham fazendo, dando sua aula remota de diversas formas para que o objetivo de ensinar alcance os alunos. Isso é visto, de forma clara na fala da Prof. Cinthia, “a orientação tardia foi de apenas continuar o que cada um já vinha fazendo, e a confecção de um portfólio”. Santos (2020, p. 16) compreende que apesar da pandemia ser uma tragédia, “há que se dizer, o caos trouxe muita produção intelectual. Professores têm construído materiais lúdicos com muita criatividade, as aulas remotas desabrocharam flores em terras de solo batido”. Isso demonstra que mesmo, de início, não tendo ações da Secretaria, os professores continuaram seu trabalho.

Embora, após alguns meses a Secretaria tomou algumas decisões a respeito das aulas, “após 3 meses de aula parada, houve uma orientação para começar as aulas de forma remota, ou seja, entregar atividades em blocos e explicações via whatsapp para quem tinha” (PROF. FERNANDA). As aulas remotas foi a opção que a Secretaria de Educação entendeu que melhor atenderia seus alunos, todavia ao buscar dados sobre essa escolha e o acesso a internet vemos que:

De acordo com o Censo Escolar de 2020, apenas 74% das escolas brasileiras estão conectadas à internet. O número é ainda mais assustador quando consideramos os dados desagregados. Apenas 45% das escolas rurais têm acesso à internet, em contraste com os 93% das escolas urbanas. Os desafios logísticos, financeiros e de governança para conectar os 26% de escolas que faltam são enormes e dificilmente serão resolvidos se as políticas continuarem como estão atualmente. (IDEC, 2021, p.09)

Portanto, as aulas remotas não atenderam todos da melhor forma que poderia ter atendido diante de um país onde esse cenário sem conexão é muito comum, principalmente para o contexto do campo. Ao nos aprofundar, vemos que “o reflexo dessa falta de conectividade sobre os estudantes da Educação Básica foi estimado pelo Ipea: aproximadamente 6 milhões de alunos vivem completamente sem acesso à internet banda larga ou móvel em casa, sendo 4,2 milhões no Ensino Fundamental” (IDEC, 2021, p. 10). É uma desigualdade assustadora no país, e ao lembrar que o contexto da nossa pesquisa

demonstrou que o município é predominantemente rural com suas 26 escolas do campo nos leva a refletir o quanto foi difícil para professores e alunos depender das aulas remotas.

E ao caminhar um pouco, os professores foram questionados sobre a formação ou instrução de ensino para os professores durante a pandemia, a maioria dos professores demonstraram que não houve, como coloca a professora Fernanda “Não houve formação, apenas orientação online para se iniciar as aulas remotas, tanto é que as aulas ficaram a critério do professor”. Atié (2020) compreende que “em tempos de amplo distanciamento físico, o foco da formação docente, em regime de emergência, centrou-se basicamente em treinamentos para o uso de tecnologias digitais. Compreensível, já que a escola saiu do modo presencial para um formato a distância”. No entanto, não basta apenas saber utilizar as plataformas digitais, como também construir metodologias que construam o conhecimento por essas plataformas, pois até o fato de passar 2h sentando de frente ao computador é mais cansativo que ficar em uma sala de aula presencial.

Por outro lado, as professoras Allene e Ana afirmaram que houve formação ou instrução de ensino, porém destacam que mesmo havendo, compreenderam que não foi suficiente e nem os ajudaram, como relata Prof. Allene, "houve algumas online mas sem êxito para nosso trabalho". Já que houve algo feito de forma emergencial e possivelmente sem planejamento junto com os professores, portanto:

A transição do ensino presencial para o ensino online requer planejamento e investimentos que não serão possíveis em curtíssimo prazo. Mas que esta situação emergencial sirva de alerta para a necessidade de criarmos no Brasil escolas conectadas capazes de oferecer experiências híbridas de aprendizagem, isto é, que consigam integrar ensino presencial e online (DELLAGNELO, 2020).

Assim, após o período da pandemia e a volta às aulas presenciais não cabe extinguir as construções durante a pandemia, porém com elas construir novas formas de ensino híbrido visando uma melhor formação. Ao questionar de como aconteciam as aulas durante a pandemia do covid-19, de forma geral aconteciam a distância pelo whatsapp ou entregavam apostila e explicavam através deste aplicativo, como ilustra a Prof. Cinthia: "as aulas aconteciam de forma remota através de atividades impressas e pelo livro, com orientações pelo WhatsApp por meio de áudios e vídeos". A Prof. Fernanda, detalha as etapas da realização das aulas.

[...] As atividades ficaram em blocos, áudio e vídeo para quem tinha acesso. Entrega dos blocos para 15 dias, nos 15 dias haveria a devolutiva para a correção e de imediato entrega para mais 15 dias. Para os alunos que tinham o whatsapp havia melhor acompanhamento, pois todos os dias havia retorno de atividades e áudio para tirar as dúvidas. (PROF. FERNANDA)

É confirmado que para aqueles que tinham acesso aos meios remotos tinham maior acesso ao ensino, enquanto aqueles que não, teriam dificuldades maiores, porque não interagiam com os professores e mesmo que seus pais pudessem explicar as atividades não tinha a prática docente, didática, metodologia e além do mais para Cruz (2007, p. 192) “falar de prática docente em sala de aula é falar de um saber-fazer do professor repleto de nuances e de significados”, saberes esses que faz parte de sua construção como profissional.

A Prof. Ana destaca a dificuldade de ministrar sua aula durante a pandemia: de forma a distância e com muita dificuldade, pois esse método de ensino era novo e não sabíamos muito como executar ou ministrar. Isso retoma a fala da autora Atié (2020) que denuncia sobre o carácter das formações docentes que foi trabalhado o uso das ferramentas e não como ensinar através delas. Enquanto a Prof. Fernanda, destaca que “foi dada prioridade de Língua portuguesa e matemática, pois seria de maior necessidade no momento”. Isso acontece, porque já existe um grande déficit nessas áreas e provavelmente com a pandemia isso foi agravado. A revista exame reuniu dados demonstrando isso, como o Pisa<sup>9</sup>:

O Brasil entre as piores colocações em Matemática, com desempenho pior do que em Leitura. Em 2019, o ensino médio teve alta de 0,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), passando de 3,8 para 4,2, mas ainda abaixo da meta estipulada pelo governo federal. (EXAME. 2021)

São dados antes da pandemia, o que provavelmente pioraram durante e que novos estudos são necessários para construir políticas públicas que revertam esse quadro.

## **O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

O segundo bloco de questões analisou a percepção dos professores em relação às ações da Secretaria de Educação durante a pandemia, foi perguntando como eles avaliam a atuação da secretaria de educação; se sentiram apoio da secretaria; se as ações da secretaria ajudaram nos encaminhamentos do processo ensino e aprendizagem dos alunos, destacar os pontos positivos e negativos das ações realizadas pela secretaria de educação e se houve auxílio da secretaria diante dos novos desafios frente à pandemia em sala de aula, quais foram e como você avalia.

A avaliação das professoras sobre a atuação da secretaria de educação durante a pandemia do covid-19 ano de 2020, foi entendida pelos professores que participaram da pesquisa da seguinte forma: Prof. Cinthia, viu um certo descaso e indiferença por parte da

<sup>9</sup> <https://exame.com/brasil/95-dos-alunos-saem-do-ensino-medio-sem-conhecimento-adequado-em-matematica/>

secretária “a Secretaria de Educação se mostrou indiferente, demonstrando um certo descaso em relação à educação do campo”. As professoras Carla e Allene acreditam que a secretária deixou muito a desejar durante esse momento. Então, a Secretaria apenas repassou o que outras autoridades construíram sem contar com outros aspectos para esse trabalho durante a pandemia, onde:

Gestores e professores devem possuir competências digitais que englobam habilidades pedagógicas, de cidadania digital e de desenvolvimento profissional. A escola deve possuir um repertório de recursos digitais selecionados alinhados ao currículo, e disponibilizar infraestrutura adequada ao uso pedagógico da tecnologia, tanto em termos de equipamentos quanto de conectividade. (DELLAGNELO, 2020)

Logo, não basta apenas ter acesso à internet, mas toda uma construção envolvendo todos os atores que formam a escola alinhado a outros elementos mencionados por Dellagnelo (2020). Continuando com a Prof. Ana, onde entende que houve orientações, apesar de afirmar que deixou a desejar, chama a atenção para o fator surpresa da doença que deixou todos sem saber como proceder, “Todos, inclusive a secretária de educação foi pega de surpresa, sem muita orientação ficou a desejar” (PROF. ANA).

Ao mesmo tempo que ela demonstra que “sim, a primeira foi a suspensão das aulas presenciais, uso obrigatório de máscara e álcool gel”. Concluindo que a Secretaria apenas repassou o que outras autoridades construíram. Medidas de prevenção são necessárias, mas “o papel da gestão escolar em tempos de pandemia se configura como uma atividade que exige do gestor pensar em estratégias para que todos os estudantes vivenciem o ensino e aprendizagem” (FREIRE E DIÓGENES, 2020, p. 09). Pois esse é um dos objetivos principais da escola e não pode ser negado, seja em tempos de pandemia ou não.

Em relação ao apoio da secretária de educação durante a pandemia do covid-19 todos os professores que participaram da entrevista mostraram muita insatisfação quanto a isso. A Prof. Cinthia, afirma que “não tivemos apoio pedagógico nenhum, nem com orientações nem disponibilidade de material” (PROF. CINTHIA). Já as outras professoras afirmaram que foi pouco e/ou insatisfatório: “o apoio foi muito insatisfatório para nossas atividades na pandemia de 2020” (PROF. ALLENE). Deste modo, deixa as professoras trabalharem sozinhas aumentando seu trabalho, desta maneira “é consenso que os professores estão trabalhando muito mais em casa do que quando iam à escola para ensinar” (ATIÉ, 2020).

Questionou-se se as ações da secretária ajudaram nos encaminhamentos do processo ensino aprendizagem dos alunos, repetindo a insatisfação das docentes Cinthia, Carla e Allene. Para ilustrar mais essa insatisfação mútua, as Prof. Fernanda e Ana, entendem que as orientações/informações além de não serem iguais para os professores, ainda eram

contraditórias e não padrão, “as informações eram contraditórias entre os membros, possibilitando resultados diversos” (PROF. FERNANDA). Grande parte disso ocorreu porque “o ensino presencial foi subitamente convertido à modalidade online diante do surto de Coronavírus no mundo, com isso professores e instituições não tiveram tempo hábil de adaptação de seus conteúdos e organizar capacitações para o ensino EAD” (OLIVEIRA, 2020, p. 03). Foi um contratempo repentino e que deixou professores e instituições sem saber o que fazer.

Ao serem questionados sobre os pontos positivos e negativos das ações realizadas pela secretaria de educação, dividimos a análise em dois momentos, primeiro os pontos negativos e depois os positivos. No que se refere aos pontos positivos, as Prof. Allene e Fernanda destacaram a autonomia dada pela Secretaria em relação à metodologia, compreendendo que isso faz parte de sua construção docente em sala de aula, mesmo que seja remota, de sua prática como tal.

Nessa perspectiva, a prática docente no contexto da sala de aula não pode ser encarada como um exercício meramente técnico, marcado pelo atendimento às prescrições curriculares desenvolvidas por outrem. Os aspectos que perpassam o ofício do professor são múltiplos e complexos, inviabilizando qualquer tentativa de redução da sua ação. (CRUZ, 2007 p. 197)

Em vista disso, a autonomia é um dos principais elementos construtores da prática docente, cabendo à Secretaria organizar e fortalecer cada vez mais isso com formações continuadas, apoio e entre outras ações que a viabilizam. A Prof. Ana viu de ponto positivo “o cuidado para que todos ficassem em casa e assim se protegessem da contaminação do vírus”, São orientações sanitárias que já mencionamos nos eixos teóricos e que foram construções de outros órgãos e entidades. Enquanto a Prof. Cinthia “não conseguiu ver ponto positivo por parte da prefeitura”, ao retomar nossas problematização compreendeu-se que ela se refere a ações e/ou articulações concretas por parte do órgão educacional para os professores. Seria interessante se o órgão tivesse tomado algumas ações como:

O primeiro passo é planejar com a equipe da escola o que será feito. Cada professor continuará com o conteúdo de suas disciplinas? Será criado um projeto integrador que integre conteúdos de várias disciplinas? Na China, por exemplo, algumas escolas criaram projetos integradores sobre a epidemia que integravam conteúdos de ciências, história e matemática, além de informações de saúde. (DELLAGNELO, 2020)

Vejam, que mesmo a pandemia tendo um caráter emergencial como foi, seria possível criar ações para seu enfrentamento como vimos acima, mesmo que cada realidade tenha suas peculiaridades. Ao ir aos pontos negativos apontados pelas Prof. Cinthia, Carla, Allene, Fernanda e Ana, onde constam questões que vão desde a falta de incentivo e orientação para a

realização das atividades online (PROF. ALLENE), falta de organização do município, (PROF. FERNANDA), e falta de orientação para os professores (PROF. FERNANDA). Foi entendido que o principal problema está na falta de articulação e um consenso no que fazer e como fazer? pequenas ações como:

Definir um processo comum e ferramentas que concentrem a comunicação e todas as informações da escola. Isto é importante para criar uma via oficial de comunicação e evitar mensagens conflitantes e fake news entre os membros da comunidade escolar. É importante estabelecer contato não apenas com os alunos, mas também com os pais, principalmente de estudantes dos anos iniciais de escolarização. (DELLAGNELO, 2020)

Coisas como essas que parecem simples ações podem fazer grandes diferenças em tempos sem pandemia e principalmente com. Por fim, foi questionado se houve por parte da secretaria de educação auxílio diante dos novos desafios frente à pandemia. As professoras Cinthia, Carla, Allene e Ana afirmaram que não tiveram auxílio por parte da secretaria de educação. Ainda sobre essa questão, as professoras Cinthia, Carla e Allene destacaram que os professores assumiram toda a responsabilidade e o protagonismo, como afirma a Prof. Cinthia, “Não tivemos auxílio da secretaria de educação. Cada professor teve que aprender e se reinventar sozinho, não tínhamos nenhum apoio, não tínhamos a quem recorrer. Nem o próprio grupo de whatsApp de professores era permitido compartilhar atividades ou tirar dúvidas” (Prof. Cinthia). Em contrapartida, a Prof. Ana entendeu que houve algum auxílio, mas não sabe dizer qual, e mais à frente crítica que não foi suficiente e nem claro.

“Houve mas não o suficiente, tivemos muita dificuldade em fazer o nosso portfólio, pelo menos eu tive bastante dificuldade, confesso, a secretaria não apresentou clareza no que queria e não repassou muitas informações sobre os parâmetros curriculares, muitas dificuldades nos códigos. (PROF. ANA)

Cabe compreender que a Secretaria de Educação não conseguiu construir políticas públicas para seu sistema de ensino, embora haja outros municípios que puderam construir boas políticas para seu enfrentamento, ou seja, cada realidade é uma. Conforme Santos (2020):

“As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável”. (SANTOS, 2020, p. 28)

Embora haja essa incapacidade dos Estados, têm casos que irão conduzir melhor, outros não, por mais que seja, de fato, uma emergência, enquanto são vistos casos que já viviam em uma incapacidade e ao vir um estado de emergência foi agravado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa investigação, fomos percebendo o quanto as políticas públicas educacionais têm grande participação na construção de nossa vida, seja antes do nascer até os momentos dos últimos suspiros. Ao voltar para nossa **problematização**: Quais foram as estratégias das políticas públicas educacionais desenvolvidas para a educação do campo durante a pandemia do covid-19 no município de São Caetano-PE? Entendeu-se que o órgão não construiu políticas públicas voltadas para o enfrentamento da covid. As aulas ficaram paradas por 3 meses, exceto alguns professores que ficaram dando orientações nos livros e pelo whatsapp. Assim, a Secretaria de Educação se restringiu em passar as medidas sanitárias contra a contaminação do covid-19.

Ao retomar o objetivo geral de analisar as políticas públicas educacionais desenvolvidas para a educação do campo durante a pandemia do covid-19 no município de São Caetano, foi possível compreender que a pandemia pegou a grande maioria de surpresa, deixando a Secretaria sem saber o que fazer, contudo não é desculpas para tomar atitudes concretas e construir políticas públicas que tentem atender a emergência. Ao invés de tomarem iniciativas próprias, como uma construção de cartilhas de prevenção contra o covid-19, e outros meios de se prevenir de forma educativa, mas não apenas se restringir a prevenção, como também construir mecanismos de comunicação, de modo que abra espaço para discutir como ensinar, o que ensinar aos alunos durante a pandemia.

Dando sequência, chegamos ao objetivo específico: identificar as ações realizadas pela secretaria de educação durante a pandemia do covid-19 que nos deu a oportunidade de identificar de fato se houve alguma ação para enfrentar a pandemia e quais foram elas, no entanto as ações que identificamos foram mencionadas até agora a pouco, como medidas sanitárias, aulas remotas e formação continuada. Onde foi discutido que formações emergenciais, sem planejamento, investimento adequado não vai trabalhar tão bem como deveria e, além do mais, essas formações foram para o uso das novas ferramentas e dá aula remota se diferenciam além da simples saída do presencial para o remoto.

Partimos para o objetivo específico: analisar a percepção dos professores em relação às ações da secretaria de educação durante a pandemia, pois as professoras puderam expor ideias sobre sua compreensão diante de tudo que foi feito ou deixou de ser durante o ano de 2020. Todavia, mesmo que a pandemia tenha “pegado” todos de surpresa, não cabe justificar com um simples argumento de ter sido de “repente”, pois como foi visto durante nossa

análise, caberia ter tomado algumas atitudes (rede de comunicação entre todos, definir o que pode ser feito ou não) que fariam muita diferença.

Essa investigação nos levou a compreender os processos que constroem as políticas públicas educacionais e o quanto elas afetam a nossa vida ou não, e ao buscar entender suas ações durante um período de pandemia histórica, como esse foi, voltadas para seu enfrentamento por si só, é algo complexo, todavia se tornou mais interessante quando foi alinhado a educação do campo mudando nosso olhar.

Passando a enxergar o campo como uma comunidade mais viva que a urbana, mais guerreira e com problemas que requerem uma atenção mais especial, e mesmo órgãos e outras autoridades sabendo disso ainda vimos o descaso ao mesmo tempo que suas professoras (e) lutam contra esse descaso, se propõem a enfrentar, criar formas de levar um ensino de qualidade formativo de cidadãos construtores de sua própria história. Onde esses professores não se amedrontaram em suas casas e ficaram dando suas aulas remotas, pelo contrário, entenderam que a maioria dos seus alunos não podia acessar a internet e criaram outras formas, como a própria entrega de apostila a cada 15 dias arriscando serem infectados durante o processo.

Como também enfrentaram a falta de articulação da Secretaria de Educação e entre tantas barreiras que já enfrentavam antes da pandemia e que se tornaram maiores durante ela. Onde compreendemos que essa falta de articulação levaram os professores a assumirem toda a responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem durante o ano letivo, fazendo que os mesmos tomassem a atitude de construir formas de continuar seu trabalho e ir repassando entre seus colegas de trabalho, enquanto o órgão educacional não conseguia construir nada concreto os professores faziam o máximo que podiam para continuar seu trabalho e garantir a formação integral dos seus alunos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português encontro e interação**. Parábola Editorial. São Paulo, 2003.

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Política pública, juventude e educação: o programa nacional de inclusão de jovens na perspectiva dos atores envolvidos**. Recife - PE, 2011.

ATIÉ, Lourdes. **Pandemia é oportunidade para repensar a formação docente**. 15/06/2020. <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/formacao-docente-pandemia/>. Acesso 14/12/2021.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BUTANTAN, Instituto. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem**. 14/06/2021. <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, 9 abr. 2002.

BRASIL, LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. In: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm).

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro - São Paulo, 2012, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGITSCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.) Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade. Espírito Santo: UFES, 2009.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade a saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak 2008.

CRUZ, Giseli Barreto da. **A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares**. Edu. rev. 2007. Acesso, 13/12/2021

<https://www.scielo.br/j/er/a/xtdbph9XCmYhbVVXnYv7bNp/?lang=pt><https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/08/09/brasil-registra-menor-numero-de-casos-de-covid-do-ano-em-24-horas>. Acesso 08/10/2021

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/2010, Página 1 . Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>. Acesso em: 13 de mai. 2017.

DELLAGNELO, L. **Escolas conectadas: aprendizagem em tempos de coronavírus**. Editora Segmento, 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/03/17/aprendizagemcoronavirus/>. Acesso em: 13/12/2021

FREIRE, J. G. DIÓGENES, E. N. **O ensino remoto e o papel da gestão escolar em tempos de pandemia**. 2020. Acesso 15/12/2021 [https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-5639ac7a6482313439436f4e809a2599a12136a8-segundo\\_arquivo.pdf](https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-5639ac7a6482313439436f4e809a2599a12136a8-segundo_arquivo.pdf)

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos e fundamentos**. 1995

G1. **Mapa de vacinação contra covid-19 no Brasil**. 20/10/2021. <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>

FERREIRA, Jorge Carlos Fels. **Reflexões sobre o ser professor: a construção de um professor intelectual**. 1996. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/felz-jorge-reflexoes-sobre-ser-professor.pdf>

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005. Paulo Meyer Nascimento, Daniela Lima Ramos, Adriana Almeida Sales de Melo e Remi Castioni.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (públicas) Sociais**. Novembro/2001. <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>

IDEC. **Acesso à internet residencial dos estudantes.** 2021. Acesso. 14/12/2021 [https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec\\_pesquisa-acesso-internet\\_acesso-a-internet-residencial-dos-estudantes.pdf](https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa-acesso-internet_acesso-a-internet-residencial-dos-estudantes.pdf)

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LEI nº 9394/96.** Brasília, 1996.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 13.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO. da Saúde. **Diretrizes para Diagnóstico e Tratamento para Covid-19.** 2020. <https://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Diretrizes%20para%20Diagn%C3%B3stico%20e%20Tratamento%20da%20COVID-19%20-%20vers%C3%A3o3.pdf>

NASCIMENTO, Paulo Meyer. RAMOS, Daniela Lima. MELO, Adriana Almeida Sales. REMI, Castioni. **Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia.** 2020. [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT\\_88\\_Disoc\\_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disoc_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf)

OLIVEIRA, Jéssica Midori Matsuda de. **As dificuldades docentes em tempos de pandemia.** São Paulo, 2020.

<http://www.abed.org.br/congresso2020/anais/trabalhos/58521.pdf>

PASSOS, Carlos Roberto Martins e NOGAMI, Otto. **Princípios de Economia,** 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RFI. G1. **Fechamento de escolas durante pandemia fez Brasil regredir duas décadas em matéria de evasão escolar, diz Unicef.** 05/04/2021. Acessado 14/01/2021. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/05/fechamento-de-escolas-durante-pandemia-fez-brasil-regredir-duas-decadas-em-materia-de-evasao-escolar-diz-unicef.ghtml>

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. 2020. ed. Almedina.

SANTOS, Cledineia Carvalho. **Educação e reflexões de uma professora na quarentena: feitos, jeitos, defeitos e efeitos**. 2020. [https://www.geledes.org.br/educacao-e-reflexoes-de-uma-professora-na-quarentena-feitos-jeitos-defeitos-e-efeitos/?noamp=available&gclid=CjwKCAiA-9uNBhBTEiwAN3IINFCi120PO4r\\_g9cwQdyfsU02c-hanRijAbXIS1bz0EIxmeWWuMBiBoCcRMQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/educacao-e-reflexoes-de-uma-professora-na-quarentena-feitos-jeitos-defeitos-e-efeitos/?noamp=available&gclid=CjwKCAiA-9uNBhBTEiwAN3IINFCi120PO4r_g9cwQdyfsU02c-hanRijAbXIS1bz0EIxmeWWuMBiBoCcRMQAvD_BwE)

SANTOS, Ramofly Bicalho. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais**. 2017.

SENNA, Instituto Ayrton. <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-crias/estudos-educacao-e-impacto-coronavirus.html>.

SILVA, M.A. **A atual legislação educacional brasileira para a formação de professores: origens, influências e implicações nos cursos de licenciatura em matemática**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SPONCHIATO, Diogo. **Coronavírus: os cuidados na retomada à escola**. 2020. <https://saude.abril.com.br/familia/coronavirus-os-cuidados-na-retomada-a-escola/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO CENTRO ACADÊMICO DO  
AGRESTE NÚCLEO DE FORMAÇÃO  
DOCENTE  
CURSO PEDAGOGIA-LICENCIATURA



**“POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A PANDEMIA DO COVID-19: O CASO  
DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO PE”**

**JADSON WEVERTON DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Corpo Docente do Curso de PEDAGOGIA –  
Licenciatura do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e em 20  
de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Maria Fabiana da Silva Costa  
(Examinadora Interna)

---

Profa. Ms. Raianny Kelly Nascimento Araújo  
(Examinadora Externa)